

RESENHA PARLAMENTAR

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 13 a 17 de julho, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

PLANO DO CARVÃO NACIONAL

No Congresso Nacional

Iniciada a discussão e votação do veto oposto pelo Presidente da República a dispositivos do projeto de lei que dispõe sobre o Plano do Carvão Nacional. Foram rejeitados os cinco primeiros itens e mantido assim o veto. Falaram na discussão das razões do veto os congressistas Jorge Lacerda, Ivo d'Aquino, Fernando Ferrari, Maurício Joppert, Assis Maron, Arruda Câmara, Lima Figueiredo, Alencastro Guimarães, Flores da Cunha e Daniel de Carvalho (D.C. 14-7; págs. 6449/60).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o relatório do deputado Aquiles Mincarone ao projeto de lei que concede favores fiscais a hotéis que se estabelecerem no território nacional, nas condições que estabelece (D.C. 15-7; pág. 6467).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo pelo processo de devolução; e autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com o financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras (D.C. 15-7; pág. 6479). Aprovadas as redações finais (D.C. 16-7; pág. 6555).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que abre os portos nacionais a vapores de qualquer país estrangeiro e permite o livre comércio com firmas estrangeiras e autoriza o estabelecimento de empresas estrangeiras comerciais ou industriais em todo o território nacional (D.C. 15-7; pág. 6486).

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que cria em Maceió um entreposto frigorífico destinado à conservação dos produtos da pesca (D.C. 15-7; pág. 6510).

Em primeira discussão, foi rejeitado o projeto de lei que proíbe a matança de vacas e novilhas em todo o território nacional (D.C. 15-7; pág. 6511).

Com pareceres das comissões foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a concessão de financiamento ao pequeno industrial, pelo I.A.P.I. (D.C. 17-7; pág. 6606).

O deputado Fernando Ferrari apresentou uma indicação sugerindo a elaboração de projeto de amparo às reservas florestais do país, com a criação do Fundo Florestal Nacional, a desapropriação de áreas florestais exploradas por particulares e a organização de um serviço de policiamento próprio (D.C. 17-7; pág. 6620).

Com pareceres contrários, foram a imprimir os seguintes projetos de lei: concede moratória às dívidas das pessoas físicas e jurídicas localizadas no polígono das secas; e concede moratória às dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, jaticultores e agricultores em geral localizados no Amazonas e no Pará (D.C. 18-7; pág. 6703).

No Senado Federal

Foi publicado o parecer da Comissão de Segurança Nacional do projeto de lei da Câmara dos Deputados que dispõe acerca do penhor de produtos agrícolas (D.C. 17-7; página 6661).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo

a entrar em entendimento com os Governos Estaduais e o Instituto do Cacau, por intermédio do Ministério da Agricultura, para traçar e executar o Plano de Combate às pragas que infestam a lavoura cacaueira; e abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (D.C. 18-7; página 6727).

AUTONOMIA

No Senado Federal

Foi a imprimir o parecer da Comissão Especial sobre o projeto de reforma constitucional, e acrescenta dispositivos ao ato das disposições constitucionais transitórias (D.C. 17-7; pág. 6666).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final dos seguintes projetos de lei: concede auxílio anual à Policlínica Geral do Rio de Janeiro; idem, para completar o pagamento devido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; idem, para o Hospital Virgílio Pereira, S.P.; idem, para a realização do I Congresso Nacional do Algodão (D.C. 15-7; págs. 6479/81). Aprovadas as redações finais (D.C. 16-7; pág. 6555).

Foi a imprimir o projeto de lei que concede auxílio para atender às despesas decorrentes da organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil (D.C. 15-7; pág. 6483).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que concede auxílio ao Congresso Municipalista, com sede em São Paulo, para impressão e divulgação de suas resoluções e teses (D.C. 15-7; pág. 6490).

Aprovada a redação final do projeto de lei que inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União (D.C. 15-7; pág. 6496).

Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: concede auxílio para atender às despesas com a III Festa Nacional do Trigo, em Erechim, RS.; e idem, para pagamento das despesas com o V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (D.C. 15-7; pág. 6511).

Rejeitado, em primeira discussão, o projeto de lei que concede auxílio aos alunos da Escola de Engenharia que vão à Europa em viagem de estudo e propaganda cultural do Brasil (D.C. 15-7; pág. 6514).

O deputado Waldemar Rupp apresentou projeto de lei que concede auxílio para conclusão das obras do Parque Agropecuário de Lajes, SC. (D.C. 16-7; pág. 6550).

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto que abre crédito especial destinado à aquisição do terreno para a futura sede do Círculo Operário Rafardense, em Rafard, SP. (D.C. 17-7; pág. 6615).

O deputado Severino Mariz apresentou projeto de lei que determina que passarão a ser estabelecimentos subvencionados pela União a Escola Superior de Agricultura e a Escola Politécnica, em Recife, PE. (D.C. 17-7; página 6632).

Concedida urgência para os projetos de lei que concedem auxílios financeiros para o II Congresso Latino-Americano de Sociologia e V Congresso Nacional de Jornalistas (D.C. 17-7; pág. 6639).

No Senado Federal

Chega ao Senado Federal, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S.,

crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização do I Congresso de História do Pará (D.C. 15-7; pág. 6527).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim (D.C. 17-7; pág. 6672).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para pagamento das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, MG., e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae de São Paulo" (D.C. 17-7; pág. 6663).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas que autorizou o registro sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 1.383.520,00, de auxílio decorrentes a várias companhias teatrais (D.C. 17-7; página 6772).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, e dá outras providências (D.C. 18-7; pág. 6724).

Foi imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00, para a regularização dos auxílios prestados, no exercício de 1952, à Estrada de Ferro Leopoldina (D.C. 18-7; pág. 6727).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final dos seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda.; idem entre a União Federal e Josué Martins e sua mulher; idem entre a D.R. dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma J. Ferreira Marques; idem entre o D.F.C. e a firma Byinton & Cia.; mantém a decisão do T.C. denegatória do registro do contrato celebrado entre o M. Ae. e a Companhia Moraes Rego S.A.; idem o mesmo Ministério e Dorothy Norton Pend; idem entre o M.E.S. e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária; e revoga a decisão do T.C. denegatória ao registro do contrato celebrado entre o M.A. e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher (D.C. 15-7; pág. 6481). Aprovadas as redações finais (D.C. 16-7; pág. 6555).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: mantém decisão do T.C. que negou registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola do Estado de Mato Grosso e Marcelo Miraglia; idem entre a Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura e José Bernardo Júnior; aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Dawag, Sociedade Anônima de Comércio Internacional; idem entre o mesmo e João Ferreira Marques; idem entre o D.N.P.R.C. e a firma Comércio e Indústria Nova Ltda. (D.C. 15-7; pág. 6510). Aprovados na sessão de 16 de julho (D.C. 17-7; pág. 6652).

Aprovados em primeira discussão os seguintes projetos: aprova contrato celebrado entre a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho e o Sr. Carlos Potier Monteiro, com a locação de imóvel; idem entre a Comissão de Construção do C.N.E.P.A. e a firma Mesbla S.A., para fornecimento de máquinas; idem entre o M.A. e Matias Olímpio de Melo, para execução e pagamento de obras de irrigação; idem entre o D.C.T. e a firma Byington & Cia., para o fornecimento de amplificadores de rádio; mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre a Delegação do Patrimônio da União e José Borges, para locação de imóvel; e idem entre o M.G. e Caetano Nappi, para exercer a função de aerofotógrafo (D.C. 17-7; págs. 6653/54).

No Senado Federal

Foram aprovadas, em discussão única, as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o termo de escritura pública de compra e venda realizada entre o Departamento Nacional da Produção Mineral, M.A., e Theodoro Kastring e sua mulher Rosa Mezari Kastring, de um terreno situado no lugar denominado "Morro da Miséria", município de Crescúma, Est. de Santa Catarina; b) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Administração do Edifício da Fazenda e a Limpadora Brasileira para serviços de pintura de esquadrias de janelas do referido prédio e c) que aprova decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro de contrato entre o M.A. e a firma Rocha & Cia. para o fornecimento de uma estufa com acessórios de higrômetro ao Serviço Florestal daquele Ministério (D.C. 15-7; págs. 6533/34).

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Cia. Predial de Taubaté (D.C. 17-7; pág. 6664).

DIPLOMACIA

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de decreto legislativo da Câmara que aprova a Convenção Internacional assinada em Sèvres, na França, a 6 de outubro de 1921, que modifica a Convenção do Metro, firmada em Paris, a 28 de maio de 1875 (D.C. 15-7; pág. 6531).

E' aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo da Câmara que aprova a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano (D.C. 15-7; pág. 6534).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a segunda discussão do projeto de lei que autoriza a União a fazer doação à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, de lote de terreno localizado no centro de Goiânia (D.C. 15-7; pág. 6510). Aprovado na sessão de 16 de julho (D.C. 17-7; pág. 6652).

O deputado Arnaldo Cerdeira apresentou projeto de lei que autoriza a doação de terreno à Estância Hidromineral e Climatérica de São José de Campos, SP. (D.C. 18-7; pág. 6706).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Ubirajara Keutenedjian apresentou projeto de lei que permite a matrícula simultânea de estudante universitário em mais de um curso seriado, desde que não coincidam os horários (D.C. 16-7; pág. 6550).

Foi a imprimir, com pareceres contrários, o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar, através do I.A.P.I., escolas de aprendizagem industrial em todas as cidades onde funcionem Delegacias desse Instituto (D.C. 17-7; página 6613).

No Senado Federal

E' aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que cria a Escola Agrícola de Urutaí, no Estado de Goiás, e dá outras providências (D.C. 15-7; pág. 6533).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que regulamenta as profissões de mecânico e aprendiz-mecânico de veículos terrestres a motor e dá outras providências (D.C. 17-7; pág. 6611).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicadas as seguintes redações finais: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pouso e Recuperação em Pirapora e Monte Azul; modifica o artigo 7.º da Lei n.º 1.815, de 18 de defeveiro de 1953; autoriza abertura de crédito especial para pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro, idem para pagamento das despesas com a realização da Reunião Parcial da Conferência Mundial de Energia (D.C. 15-7; página 6483). Aprovadas as redações finais (D.C. 16-7; página 6555).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários, a realizar-se em Dortmund, Alemanha (D.C. 15-7; pág. 6483).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de despesas efetuadas pela Delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; idem, destinado ao pagamento da Contribuição do Govêrno Federal, para o capital da Caixa de Crédito da Pesca; idem, para atender às despesas de pessoal e material da E. F. Leopoldina; idem, para pagamento das despesas relacionadas no balancete da receita e despesa da Secretaria da Câmara, relativo a abril de 1953 (D.O. 15-7; pág. 6511). Aprovados na sessão de 16 de julho (D.C. 17-7; pág. 6652).

Aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para custear despesas com a participação do Brasil na III Semana Internacional de Esportes Universitários, a realizar-se em Dortmund, Alemanha (D.C. 15-7; pág. 6511). Aprovado em segunda discussão (D.C. 17-7; pág. 6631).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial para ressarcimento de despesas efetuadas por componentes da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas dos empregados do Grupo Light (D.C. 17-7; pág. 6617).

Aprovados os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para atender aos gastos decorrentes da realização no Brasil do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (primeira discussão); e idem, com as visitas ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador (D.C. 17-7; pág. 6653).

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para reforma e renovação dos móveis do Palácio Tiradentes (D.C. 15-7; pág. 6533).

Chegam, ao Senado Federal, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Imigrantes situadas em Manaus, Am., Belém, Pa. e Fortaleza, Ce. e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.756.439,80, para atender despesas relativas ao exercício de 1950, 1951 e 1952 (D.C. 16-7; pág. 6572).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 36.892.748,30, destinado ao pagamento de transporte de malas postais por via aérea (D.C. 17-7; página 6663).

E' lido o ofício do Governador do Estado de Minas Gerais relativo ao empréstimo que a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande, e a Centrais Elétricas de Minas Gerais, S. A., estão negociando com o International Bank for Reconstruction and Development, dos Estados Unidos da América (D.C. 17-7; pág. 6671).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses (D.C. 17-7; pág. 6672).

Foi a imprimir com parecer das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr\$ 161.106,20, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais (D.C. 18-7; página 6727).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças, o projeto de lei do Senado que modifica o artigo 1.º, letra H, § 4.º, n.º IV da Lei n.º 1.474, de 26-11-51 (D.C. 18-7; página 6728).

INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto de lei que cria o Instituto Nacional do Cinema e dá outras providências (D.C. 17-7; pág. 6649).

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

No Senado Federal

Foi publicado o parecer da Comissão de Segurança Nacional ao projeto de lei da Câmara que cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências (D.C. 17-7; pág. 6662).

INSTITUTO ORTOPÉDICO DO BRASIL

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que cria o Instituto Ortopédico do Brasil (D.C. 15-7; página 6485).

IRRIGAÇÃO DO POLÍGONO DAS SÊCAS

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo um trabalho do deputado Sylvio Echenique sobre vários projetos que tratam de irrigação de terras situadas no Polígono das Sêcas (D.C. 17-7; página 6595).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para um micro-ônibus destinado às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas (D.C. 15-7; pág. 6480). Aprovada a redação final (D.C. 16-7; pág. 6555).

O deputado Rondon Pacheco apresentou projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para a instalação do serviço telefônico no município de Araguari, MG. (D.C. 15-7; pág. 6488).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Indústria de Azulejos Sociedade Anônima (IASA) (D.C. 15-7; pág. 6502).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto que concede isenção de direitos de importação para 10.000 toneladas de fosfato monossódico ou anidrido fosfórico, no interesse do desenvolvimento industrial do país (D.C. 17-7; pág. 6607).

Igualmente com relação ao projeto de lei que permite a importação, com isenção de direitos, de vitualhas e artigos de consumo popular durante os anos de 1952 e 1953, para cessão ao povo a preço de custo (D.C. 17-7; página 6609).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto que isenta as instituições de assistência aos cegos do pagamento de contribuições aos institutos de previdência social (D.C. 17-7; pág. 6614).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinada à Basílica da Penha, em Recife, Est. de Pernambuco (D.C. 15-7; página 6527).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direito de importação para materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil (D.C. 16-7; pág. 6573).

E' aprovada a redação final do projeto de lei da Câmara que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, em São Paulo (D.C. 16-7; pág. 6569).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que estende a isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras aos Museus de Artes Plásticas de propriedade privada (D.C. 17-7; pág. 6664).

LAVOURA CAFEEIRA*Na Câmara dos Deputados*

Publicada uma declaração de voto do deputado Artur Santos sobre a Comissão de Inquérito com referência às geadas na lavoura cafeeira (D.C. 15-7; pág. 6479).

O deputado Emílio Carlos apresentou projeto de lei que abre o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00, para atender aos prejuízos causados à lavoura cafeeira pelas geadas (D.C. 15-7; pág. 6484).

Pelo deputado Firman Neto, foi apresentado projeto de lei que suspende, pelo prazo de 90 dias, o vencimento das dívidas dos cafeicultores da área devastada pelas geadas (D.C. 15-7; pág. 6488).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO*Na Câmara dos Deputados*

Prosseguiu a discussão única do projeto de lei do Senado que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho (D.C. 15-7; pág. 6496). Idem, na sessão de 15 de julho (D.C. 16-7; pág. 6555). Idem, na sessão de 16 (D.C. 17-7; pág. 6640). Volta às Comissões em virtude de emendas (D.C. 18-7; pág. 6712).

Encerrada a discussão prévia do projeto de lei que concede permissão para trabalhar em fábricas e oficinas aos menores a partir de 12 anos de idade (D.C. 15-7; pág. 6510).

Em primeira discussão, foi encerrado o debate em torno do projeto de lei que dispõe sobre dissídios coletivos de trabalho, regulando o artigo 123 da Constituição Federal (D.C. 15-7; pág. 6510).

LEI DE IMPRENSA*Na Câmara dos Deputados*

Em discussão única, foram votadas as emendas do Senado ao projeto de lei que regula a liberdade de imprensa (D.C. 15-7; pág. 6512).

LUCROS EXTRAORDINÁRIOS*Na Câmara dos Deputados*

Publicado, para estudo, o relatório do deputado Raimundo Padilha a projetos de lei que dispõem sobre lucros extraordinários (D.C. 15-7; pág. 6468). Reproduzido no "Diário do Congresso", de 16 de julho, pág. 6542.

MINISTÉRIO DA SAÚDE*No Senado Federal*

E' aprovada, em discussão única, a redação final do projeto de lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde e dá outras providências (D.C. 15-7; pág. 6535).

ORÇAMENTO PARA 1954*Na Câmara dos Deputados*

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Finanças às emendas de Plenário ao Anexo n.º 3, Tribunal de Contas do Orçamento para 1954 (D.C. 18-7; pág. 6704).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL*Na Câmara dos Deputados*

Encerrada a segunda discussão do projeto de lei que autoriza a instalar uma coletoria federal em Pôrto das Pedras, AL. (D.C. 15-7; pág. 6510).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que transforma toda e qualquer entidade que receba, por lei, contribuição compulsória do povo, em autarquia, submetida ao regime do Tribunal de Contas (D.C. 16-7; página 6550).

Aprovada a constituição de comissões especiais para relatar os seguintes projetos: cria a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Belém, Pa.; extingue a Comissão Executiva Têxtil e dá outras providências; e cria uma Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Barra Mansa, RJ. (D.C. 17-7; pág. 6653). Idem, o que dispõe sobre o Conselho Nacional de Educação (pág. 6653).

No Senado Federal

Voltam às Comissões Técnicas o projeto e a emenda do projeto de lei da Câmara que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Território Federal do Rio Branco e abre crédito especial de Cr\$ 332.880,00 (D.C. 17-7; página 6671).

PESSOAL CIVIL*Na Câmara dos Deputados*

Foram a imprimir as seguintes redações finais: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação devida a Assad Mameri Abdenur, médico do Q.P. do Ministério da Fazenda; acrescenta parágrafo único ao artigo 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947; para segunda discussão: altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde (D.C. 15-7; págs. 6480/81). As redações finais foram aprovadas (D.C. 16-7; pág. 6555).

O deputado Paulo Nery apresentou projeto de lei que torna extensivos ao pessoal dos Postos Agropecuários os favores da Lei n.º 1.765, de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo (D.C. 15-7; pág. 6485).

Pelo deputado Magalhães Pinto, foi apresentado projeto de lei que estende ao pessoal do Serviço Nacional de Malária os benefícios mencionados no Decreto n.º 13.538, de 9-4-1919, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço em dôbro, para fins de aposentadoria, ao pessoal do Serviço Nacional de Febre Amarela (D.C. 15-7; página 6487).

O deputado Lúcio Bittencourt apresentou projeto de lei que dispõe sobre a taxa de câmbio para pagamento a civis e militares a serviço do país no estrangeiro (D.C. 15-7; página 6488).

Originário do Poder Judiciário, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de créditos suplementar e especial para atender ao pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço em 1952 e 1953 aos servidores de todos os Tribunais Regionais Eleitorais, excetuando os do Rio Grande do Sul (D.C. 15-7; pág. 6506).

O deputado Medeiros Neto apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificações de magistério a que têm direito professores daquele Ministério (D.C. 15-7; pág. 6509).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos: em primeira, o que concede abono de Natal aos funcionários públicos civis da União aposentados; prévia, do que garante aos funcionários policiais em todo o país estatutos próprios

e outras vantagens; em primeira, o que estende aos aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados o abono de emergência do que trata a Lei n.º 1765, de 1952 e que autoriza funcionária da Secretaria da Câmara a ausentar-se do país para viagem de estudos (D.C. 15-7; pág. 6510).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de abono de emergência ao pessoal dos serviços executados em regime de "acôrdos" (D.C. 17-7; página 6620).

Aprovados, em primeira discussão, os seguintes projetos: estende aos aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados o disposto na Lei n.º 1765, que concede abono de emergência aos servidores civis da União; autoriza funcionária da Secretaria da Câmara dos Deputados a aceitar bolsa de estudos de instituição norte-americana e concede-lhe auxílio financeiro para despesas de viagem e instalação; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas de gratificação de pessoal das agências postais telegráficas das Casas do Congresso; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Territórios Federais; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação devida a Francisco Vitorino de Luna, Médico, padrão M, por serviços prestados com risco de vida ou saúde (D.C. 17-7; págs. 6652/53).

Aprovada a designação de comissão especial para relatar projeto que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de Veterinário, Químico, Agrônomo e Engenheiro Civil, do Q.P. do Ministério da Agricultura (D.C. 17-7; pág. 6653).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar à verba de pessoal, anexo do M.V.O.P. (D.C. 18-7; pág. 6702).

O deputado Paulo Nery apresentou projeto de lei que efetiva os servidores do Serviço Especial de Saúde Pública que contem mais de cinco anos de contínuo exercício nesse órgão na data da publicação desta lei (D.C. 18-7; pág. 6706).

Pelo deputado Saulo Brand foi apresentado projeto de lei que estende as vantagens estatuídas no art. 184 da Lei n.º 1.711, de 1952, aos funcionários aposentados antes da vigência dessa lei (D.C. 18-7; pág. 6708).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre os vencimentos dos professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil (D.C. 15-7; página 6527).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Lei do Senado que concede aposentadoria aos magistrados com os vencimentos correspondentes aos da classe imediatamente superior, se contar mais de 60 anos (D.C. 15-7; pág. 6528).

E' aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 7.200,00 para atender às despesas com o pagamento da gratificação de magistério à professora Danúzia Menezes de Brandão Ayres (D.C. 15-7; pág. 6533).

E' aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.T.I.C., o crédito especial de Cr\$ 233.639,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores daquele Ministério (D.C. 15-7; página 6533).

E' aprovada a redação final do projeto de resolução que cria cargos de serventes e lavadores de automóvel no quadro da Secretaria do Senado Federal (D.C. 15-7; página 6533).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — os créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 240.000,00 e Cr\$ 1.147.750,00, para atender as despesas de abono de emergência e salário-família instituído pela Lei n.º 1.765, de 18-12-52 (D.C. 17-7; pág. 6664).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que estabelece o critério para o caso de acesso à carreira de Técnico de Laboratório do M.E.S. (D.C. 17-7; pág. 6665).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para pagamento da gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari (D.C. 17-7; pág. 6672).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre os vencimentos dos Juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal; b) que fixa os símbolos e valores correspondentes aos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro do Pessoal dos órgãos das 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a, e 8.^a Regiões da Justiça do Trabalho; c) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 35.593,30, para pagamento ao Dr. Francisco Eugênio Coutinho, como Assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade e d) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários daquele Ministério (D.C. 18-7; págs. 6725/28).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a primeira discussão do projeto de lei que assegura ao sobrevivente do naufrágio do cruzador "Bahia" direito à promoção ao posto imediato (D.C. 15-7; página 6510).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto de lei que dispõe sobre a permanência no serviço ativo dos sargentos das Forças Armadas que contem ou venham a contar mais de 10 anos de serviço (D.C. 17-7; pág. 6632).

Lido na hora do expediente o projeto de lei do Poder Executivo que estende aos oficiais e praças da extinta Polícia Militar do Território do Acre que se reformaram em consequência do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 7.360, de 6-3-45, os benefícios de que trata o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (D.C. 17-7; pág. 6648).

No Senado Federal

E' aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que eleva o limite de idade previsto no parágrafo único do art. 4.º, do Decreto-lei n.º 2.066, de 7-3-40 (D.C. 15-7; pág. 6533).

PETROBRÁS

Na Câmara dos Deputados

Chegam à Câmara as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo, define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo e institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S. A. e dá outras providências (D.C. 18-7; pág. 6689).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Achilles Mincarone apresentou projeto de lei que dispõe sobre a assistência médica e hospitalar ao meio rural (D.C. 15-7; pág. 6488).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 5.087, de 1942, que dispõe sobre a obtenção das taxas dos prêmios pela CAP de Serviços Aéreos e Telecomunicações, em sua carteira de Acidentes do Trabalho (D.C. 17-7; pág. 6617).

Com pareceres das Comissões foi a imprimir o projeto que faculta aos empregadores, contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões aplicação direta de 80 % de suas contribuições, bem como da de seus empre-

gados, na construção de casa própria para seus empregados, e dá outras providências (D.C. 17-7; pág. 6618).

O deputado Ponciano dos Santos apresentou projeto de lei que concede pensão especial a Estêvão Alves da Silva, veterano de Canudos (D.C. 18-7; pág. 6708).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências (D.C. 15-7; pág. 6531).

Foi aprovado o parecer da Comissão de Redação ao projeto de decreto legislativo que mantém o registro, sob reserva, das apostilas de aumento lançadas nos títulos de Zilda Corrêa da Silva e outros, viúva e filhos de Deodoro Luiz da Silva (D.C. 15-7; pág. 6535).

E' aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 2.500,00 a Hilda Sampaio Ribeiro e Walquir Sampaio Ribeiro, viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares (D.O. 16-7; página 6576).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que releva da prescrição o direito da menor Chislene Velasquez Hudziak à pensão especial deixada pelo Cadete do Ar João Hudziak (D.C. 17-7; pág. 6672).

Foram encerradas as discussões e adiadas as votações dos seguintes projetos de lei da Câmara: a) que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00, a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pai do herói militar Antônio de Siqueira Campo e sua esposa, Carlota de Siqueira Campos e b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. da Justiça o crédito especial de Cr\$ 1.497.600,00, para completar o pagamento das despesas vitalícias dos veteranos da campanha Acreana (D.C. 17-7; pág. 7672).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 333.544,30, para pagamento de indenização a Adriano Rodrigues Pinto, ex-maquinista de 1.^a Classe da Estrada de Ferro Rio D'Ouro (D.C. 18-7; pág. 6727).

REFORMA ADMINISTRATIVA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Gustavo Capanema apresentou projeto de resolução que constitui uma Comissão Especial com o encargo de, em substituição às competentes Comissões Permanentes, dar parecer sobre o projeto de iniciativa do Poder Executivo e que dispõe sobre a reforma do sistema administrativo da União (D.C. 15-7; pág. 6508). Aprovada a urgência para o projeto (D.C. 17-7; pág. 6639). Aprovado em primeira discussão (D.C. 17-7; pág. 6651). Aprovado em segunda discussão (D.C. 18-7; pág. 6712).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial destinado ao Serviço Nacional de Malária (D.C. 15-7; pág. 6480). Aprovada a redação final (D.C. 16-7; pág. 6555).

Publicada a redação final do projeto de lei que institui a Lei Orgânica da Saúde e dá outras providências (D.C. 16-7; pág. 6549). Aprovada a redação final (D.C. 17-7; página 6639).

No Senado Federal

E' aprovada, em discussão única, a redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado ao combate ao Câncer em todo o país (D.C. 15-7; pág. 6534).

SERVIÇO SOCIAL RURAL

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer da Comissão de Legislação Social o projeto de lei do Senado que autoriza a União a criar uma fundação denominada Serviço Social Rural (D.C. 15-7; pág. 6528).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emenda, volta às Comissões o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção do novo edifício da Rêde Ferroviária do Nordeste (D.C. 15-7; pág. 6510).

Rejeitado, em discussão prévia o projeto de lei que cria portos livres na costa brasileira para uso dos Estados Centrais e dá outras providências (D.C. 15-7; pág. 6511).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a ampliar e reformar as instalações da agência postal telegráfica de Caruaru, Pe. e criar duas subestações no bairro Vassoural, na mesma cidade (D.C. 17-7; pág. 6615).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a construir a linha telegráfica Oliveira a Cláudio e o prédio para o A.P.T. desta cidade, em MG. (D.C. 17-7; pág. 6648).

Pelo mesmo deputado, foi apresentado projeto de lei que autoriza a Divisão de Águas (D.N.P.M.) do Ministério da Agricultura, a auxiliar o município de Itambacuri (MG), para construção dos serviços de força e luz na vila de S. Jorge (D.C. 17-7; pág. 6648).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a construir novo edifício para o Quartel General da 2.^a Região Militar, sediada em S. Paulo (D.C. 18-7; pág. 6689).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., crédito especial de Cr\$ 94.500.000,00, para pagamento aos concessionários dos Portos (D.C. 15-7; pág. 6527).

TRIBUNAL MARÍTIMO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer e emendas da Comissão de Constituição e Justiça, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sobre o Tribunal Marítimo (D.C. 18-7; pág. 6694).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que modifica dispositivo do Decreto-lei n.º 3.200, de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família (D.C. 15-7; pág. 6480). Aprovada a redação final (D.C. 16-7; pág. 6555).

O deputado João Cabanas apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o Palácio Maçônico do Grande Oriente do Brasil, nesta capital, para criar um Museu Histórico (D.C. 15-7; pág. 6487).

Pelo deputado João Dolor de Andrade foi apresentado o projeto de lei que dispõe sobre a importação e a exportação de pedras preciosas e semipreciosas, estabelecendo punição para os infratores (D.C. 15-7; página 6489).

Foi mandado a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Achilles Mincarone que estabelece que depende de homologação para que produza os seus efeitos a emancipação por outorga de pai ou mãe (D.C. 15-7; página 6489).

Publicada a redação final do projeto de lei que modifica o § 2.º, do art. 19, do Decreto-lei n.º 925, de 1938 (Código de Justiça Militar) (D.C. 15-7; pág. 6480). Aprovada a redação final (D.C. 15-7; pág. 6555).

Aprovada a redação final do projeto de resolução que determina a constituição de uma comissão especial para relatar as emendas ao projeto da Petrobrás (D.C. 15-7; pág. 6496).

O deputado Felix Valois apresentou projeto de lei que dá nova redação ao artigo 11 da Lei n.º 1.533, de 31-12-51, que altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao mandado de segurança (D.C. 15-7; pág. 6509).

Em segunda discussão foram aprovados os seguintes projetos: institui o "Dia do Comerciante"; dispõe sobre as comemorações do centenário de nascimento de José do Patrocínio; e dá o nome de Washington Luiz à rodovia Rio-Petrópolis (D.C. 15-7; pág. 6511).

Publicada a redação final do projeto de resolução que cria uma comissão especial para estudar as medidas de proteção aos recursos naturais do país (D.C. 16-7; pág. 6549). Aprovada a redação final (D.C. 17-7; pág. 6639).

Com parecer da Comissão de Finanças foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas com a abertura de um concurso de projeto para a remodelação do Pantheon ou construção de um Mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários que se acham inumados no cemitério de Pistóia (D.C. 17-7; pág. 6618).

Aprovada a constituição de comissões especiais para relatar os seguintes projetos: altera dispositivo do Código de Processo Civil, relativo ao mandado de segurança; e autoriza a decretar o monopólio estatal das exportações de materiais estratégicos, através da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (D.C. 17-7; pág. 6653).

Aprovados os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Edison Passos e Plínio Coelho (D.C. 18-7; pág. 6712).

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei do Senado que modifica a ordem da sucessão hereditária legítima e dispõe sobre as heranças vacantes e a sua distribuição para a formação de patrimônios das Universidades (D.C. 15-7; página 6528).

Volta, em discussão única, às Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que fixa o número de deputados para a próxima legislatura (D.C. 16-7; pág. 6576).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei do Senado que modifica os artigos 3.º, II, 4.º § único, 5.º, §§ 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança (D.C. 17-7; pág. 6668).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 14 de julho, os seguintes senhores deputados: Ruy Araújo sobre a compra dos aviões a jato; Epilogo Campos acerca do jubileu da Prelazia de Santarém; Plínio Cavalcanti a respeito dos prejuízos causados pela geadas nos Estados do Sul; Vasconcelos Costa sobre a geadas no sul de Minas; Vieira Lins lendo telegrama da Câmara Municipal de Cornélio Procopio sobre os estragos da geadas; Wolfran Metzler acerca da criação do Ministério da Saúde; Ostoj Rogusky a respeito de novas geadas que caíram na zona cafeeira do Paraná; Dolor Andrade encaminhando projeto à Mesa sobre exportação e importação de pedras preciosas; Coutinho Cavalcanti acerca do fornecimento de energia elétrica; Nestor Duarte sobre a reforma ministerial; Oswaldo Trigueiro para ler dois telegramas da cidade de Campina Grande sobre questões políticas; Orlando Dantas quando da discussão única do projeto que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho; Crepory Franco também sobre o mesmo assunto anterior; Fernando Ferrari reclamando contra a demora do projeto que

estende abono de emergência ao pessoal de obras da União; Vieira Lins congratulando-se com o Sr. João Goulart; Celso Peçanha sobre visita que fez a Volta Redonda; Afonso Arinos lendo telegrama sobre o caso do Jornal "Última Hora"; Chagas Rodrigues acerca do projeto para a construção do Ramal Luiz Correia-Atalaia, da Estrada de Ferro Central do Piauí; Campos Vergal sobre o 14 de julho; Fernando Ferrari e Parcifal Barroso quando da 2.ª discussão do projeto que autoriza a abertura de crédito para pagamento das despesas com o V Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino e Oswaldo Trigueiro para encaminhar a discussão prévia do projeto que cria portos livres na costa brasileira para uso dos Estados Centrais.

Falaram, na sessão de 15 de julho, os seguintes senhores deputados: Otávio Lôbo acerca do X Congresso Internacional de Enfermagem; Manoel Ribas sobre o exterritorial Federal do Iguaçu; Waldemar Rupp para apresentar projeto que abre, pelo M. da Agricultura, crédito especial em favor da Associação Rural de Lajes, Santa Catarina; Wilson Cunha a respeito dos prejuízos sofridos no Vale do Rio Doce em consequência da última geadas; Antunes de Oliveira acerca das enchentes na Amazônia; Gama Filho a respeito da suspensão de todas as reformas projetadas em diversos setores do Governo; Muniz Falcão acerca da permanência dos sargentos, com mais de 10 anos, nas Forças Armadas; Vasconcelos Costa a respeito da cidade de Pousos Alegre que constitui o centro geográfico do Sul de Minas, um dos mais ricos e populosos; Magalhães Melo comunicando que concluiu o parecer ao projeto que cria a Cia. Nacional de Seguro Agrícola; André Araújo para comunicar que recebeu da Associação Comercial do Amazonas apelo ao Sr. M. da Agricultura no sentido de providenciar para que os serviços telegráficos naquele Estado sejam eficientes; Adahil Barreto acerca do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no que diz respeito à equiparação do salário do pessoal; Benedito Vaz a respeito do centenário de nascimento do Marechal Rodolfo Gustavo da Paixão; Breno da Silveira acerca do projeto de resolução que criou a Comissão de Inquérito para o Lóide Brasileiro; Frota Aguiar a respeito da discussão na Câmara do Distrito Federal do contrato da Cia. Telefônica com a Municipalidade; Alberto Deodato sobre publicação na Revista "O Cruzeiro" de reportagem acerca de uma "enquête" da vida política do Sr. Perón; Ponciano dos Santos acerca de agremiações partidárias; Fernando Ferrari sobre questões políticas; Maurício Joppert acerca do aproveitamento da energia da cachoeira de Paulo Afonso; Frota Aguiar a respeito da renovação do contrato da Cia. Telefônica Brasileira; Armando Falcão acerca do caso do matutino "Última Hora" e Crepory Franco quando da discussão única do Projeto de Lei do Senado que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho.

Falaram, na sessão de 16 de julho, os seguintes senhores deputados: Magalhães Melo acerca de 6 barcos de pesca de procedência alemã que o Governador de São Paulo autorizou a compra; Plínio Cavalcanti sobre problemas sociais ocasionados pelo catastrófico fenômeno das geadas; Filadelfio Garcia apelando no sentido de que sejam pagos o salário-família e as cotas adicionais aos servidores das ferrovias pertencentes à União; Oscar Carneiro para ler telegrama da Assembléia Legislativa de Pernambuco no sentido de propugnar seja o Banco do Brasil S. A., Recife, autorizado a elevar de 60 para 80 % o valor do Caroá dado a penhor ao aludido Banco pela Cooperativa Central de Beneficiadores de Caroá, Nordeste Ltda.; Armando Falcão sobre o aniversário do "Diário Carioca" (jornal); Brígido Tinoco acerca dos servidores do Serviço Nacional de Febre Amarela, que não receberam o salário-família; Alberto Bottino para congratular-se com o Banco do Estado de São Paulo; Vasconcelos Costa apelando, ao Tesouro Nacional, em nome dos servidores do D.C.T., para que lhes sejam pagos parte dos vencimentos e diárias; Ubirajara Kentnedjian encaminhando os seguintes requerimentos: a) solicitando informações do I.A.P.I. sobre a aplicação do seu patrimônio e b) ao Presidente da República, pelo Conselho Nacional de Petróleo, sobre existência de propostas concretas para a exploração do petróleo nacional; Saul Ramos acerca de artigo publicado em relação ao plano do carvão nacional; Wolfran Metzler acerca de artigo publicado por

Wolfgang Herzog em S. Paulo sobre o estudo e problemas da terra; Rondon Pacheco a respeito do projeto de lei que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro com sede em Uberaba; Lopo Coelho a respeito do "Dia do Comerciante"; Ponciano dos Santos acerca de costumes para salvaguardar a sociedade; Francisco Macedo sobre episódio sangrento que enlutou a cidade de Estância e a situação de descalabro em que se encontra o Estado de Sergipe; Luiz Viana, a respeito de assuntos políticos; Fernando Ferrari quando da discussão única do projeto de lei do Senado que altera dispositivos da lei de Acidentes do Trabalho; Tristão da Cunha sobre monopólio que se pretende fazer no setor da atividade privada; Gustavo Capanema esclarecendo ao Deputado Luiz Viana sobre a constituição do bloco parlamentar que, na Câmara dos Deputados, dá apoio ao Governo; Francisco Macedo sobre crime praticado na pacata cidade de Jaboaão, Estado de Sergipe; Wolfran Metzler acerca do projeto que tomou n.º 2.011 e Eusébio Rocha acerca do discurso que fez de ataque à Imprensa do País.

Falaram, na sessão de 17 de julho, os seguintes senhores deputados: Oscar Carneiro acerca do projeto que estabelece uma gratificação aos oficiais do registro civil; Vasconcelos Costa a respeito do projeto de lei que abre crédito para construção de linhas de transmissão e estação para os serviços de Força e Luz da Vila de São João, no Município de Itambacuri; Gama Filho apelando ao Senhor Ministro da Justiça em nome dos que estão internados na Ilha Grande; Magalhães Melo a respeito da Viação Comercial Brasileira; Ostoj Roguski sobre o transcurso do cinquentenário da vinda ao Brasil dos primeiros sacerdotes poloneses; André Araújo acerca do Congresso de técnicos da escrita Braile; Wolfran Metzler sobre o desinteresse do Ministério da Agricultura em face dos problemas florestais; Brígido Tinoco a respeito do premeditado assalto da Frota Carioca à população Fluminense; Paulo Nery acerca dos servidores do S.E.S.P.; Celso Peçanha sobre os funcionários do Serviço Nacional da Malária tendo em vista a Baixada Fluminense; Muniz Falcão a respeito do projeto que dá direito a estabilidade para o pessoal extranumerário da União não contemplado pelo art. 23 do A.D.C.T.; Francisco Macedo sobre a falta de segurança individual existente no Estado de Sergipe; Arnaldo Cerdeira quando da segunda discussão do projeto que constitui uma Comissão Especial com o encargo de, em substituição às competentes Comissões Parlamentares, dar parecer sobre o projeto de iniciativa do Poder Executivo e que dispõe sobre a reforma geral do sistema administrativo da União; Dolor de Andrade como relator da Comissão de Inquérito Parlamentar para apurar os danos causados pela geada; Luiz Garcia como membro eleito do Conselho na Conferência da União Interparlamentar; Dilermando Cruz a respeito do projeto que visa a extinção do Tribunal Superior do Trabalho; Plínio Cavalcante acerca da política interna do Estado de S. Paulo e Oscar Carneiro comunicando a resolução de 35 membros da Assembléia Legislativa de Pernambuco no sentido de ser aumentado o financiamento do carvão, de 60 para 80 %.

No Senado Federal

Falou, na sessão de 14 de julho, o senhor senador Alencastro Guimarães para criticar a CEXIM.

Ocuparam a Tribuna, na sessão de 15 de julho, os seguintes senhores senadores: Mozart Lago sobre o transcurso do último aniversário da Associação Brasileira de Imprensa; Hamilton Nogueira para fazer considerações sobre a resposta de requerimento solicitado à Prefeitura do D. F. acerca da epidemia de Paralisia Infantil; Mozart Lago, quando da discussão do projeto que fixa o número de deputados para a próxima Legislatura e Pereira Pinto a respeito do pagamento do repouso semanal em atraso a trabalhadores de estiva em todo o país.

Falaram, na sessão de 16 de julho, os seguintes senhores senadores: Hamilton Nogueira a respeito do "Dia do Comerciante" e Kerginaldo Cavalcanti sobre os males que flagelam a Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Falaram, na sessão de 17 de julho, os seguintes senhores senadores: Ivo D'Aquino sobre o problema do carvão catarinense e Flávio Guimarães a respeito da esquistossomose e sua proliferação no Brasil.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Justiça, sobre projeto de lei que autoriza doação de terreno para construção de um hospital de clínicas em Castelânia, Petrópolis; do Tribunal de Contas, sobre prestação de contas do D.N.E.R.; da Confederação das Famílias Cristãs, em representação contra o projeto de lei do deputado Nelson Carneiro sobre anulação de casamento (D.C. 15-7; página 6474).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Carmelo D'Agostino, sobre carga transportada pelo cruzador "Almirante Barroso"; do deputado Tarso Dutra, sobre a situação jurídica dos funcionários do I.A.P.E.T.C., como promitentes compradores do prédio residencial do mesmo Instituto; do deputado Aliomar Baleeiro, sobre operações de crédito ou suprimentos de dinheiro, a qualquer título, feitas pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional, diretamente à Seção de Turfa da Coordenação Econômica; do deputado Bilac Pinto, sobre despacho proferido pelo Presidente da República em processo que autoriza concessão de auxílio para realização de um congresso da previdência social (D.C. 15-7; página 6508).

Encerrada a discussão dos requerimentos que solicitam a convocação dos Ministros da Aeronáutica, Fazenda e Relações Exteriores (D.C. 15-7; pág. 6510).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Marinha, sobre projeto de lei que concede aos militares o direito de residirem em próprio nacional durante os cursos a que estão obrigados; e do Conselho Nacional de Economia, sobre liberação progressiva das importações (D.C. 16-7; pág. 6548).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Economia, sobre informações da Prefeitura do Distrito Federal a respeito de projeto de lei que trata da extinção das favelas; da Comissão de Educação, sobre juntada de projetos que versam matéria análoga (D.C. 16-7; pág. 6550).

Lidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre elaboração de orçamento de câmbio; do Ministério da Viação, sobre projeto de lei que abre crédito para o prolongamento do ramal de Santa Cruz, da E.F.C.B.; do mesmo, sobre o mesmo assunto, ligando várias localidades do Distrito Federal; do mesmo, sobre plano de construção de rodovia pelo D.N.E.R. em Minas Gerais; do mesmo, sobre serviços a cargo do D.C.T.; do mesmo, sobre localização e instalação de postos de coleta de correspondência; e do Ministério da Agricultura, sobre comissão para investigar os danos causados à lavoura cafeeira pelas geadas (D.C. 17-7; págs. 6603/06).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, sobre a audiência do Ministério da Fazenda para projeto de lei que modifica legislação referente à organização e proteção da família; da mesma ao mesmo, sobre projeto de lei que concede pensão especial; da mesma ao mesmo e sobre o mesmo assunto; da mesma ao mesmo, sobre pensão deixada pelo Professor Anes Dias; da mesma ao IPASE sobre pensão paga a viúva de determinado servidor público; da Comissão de Justiça, sobre projeto de lei que concede favores fiscais às sociedades com sede e administração no país, que se destinam à fabricação de pilhas secas; do deputado Lúcio Bittencourt, sobre construção de Estrada ligando São João e Bicas, MG.; do deputado Brochado da Rocha, sobre relação de oficiais da Aeronáutica, aos quais tenha sido concedido o benefício da Lei número 1.267, de 1950; do mesmo, sobre o mesmo assunto com relação aos oficiais da Armada; do deputado Breno da Silveira, sobre o provimento de cargos e funções no Instituto Brasileiro do Café; e do deputado Aliomar Baleeiro, sobre o que consta a respeito da família Wainer nos arquivos de todas as repartições subordinadas ao Ministério da Justiça (D.C. 17-7; págs. 6631/32).

Recebidas as seguintes informações: do D.A.S.P., sobre projeto de lei que reabre prazo fixado na Lei número 171, de 1947; do mesmo, sobre designação de inspetores de ensino secundário; do Ministério da Viação, sobre construção de prédio destinado à agência dos Correios de Sabará, MG; do mesmo, sobre exoneração do superintendente comercial do Lóide Brasileiro; do Ministério do Trabalho, sobre veículos de propriedade do I.A.P.B.; do mesmo, sobre processos em estudo no D.N.P.S.; do Ministério da Fazenda, sobre pagamento de impostos e taxas que incidiram sobre a importação de carro consignado àquele Ministério (D.C. 18-7; págs. 6686/89).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Ubirajara Keutnedjian sobre aplicação do patrimônio do I.A.P.I.; do mesmo, sobre existência de propostas concretas para exploração do petróleo nacional; do deputado Vasconcelos Costa, sobre pagamento dos inativos do D.C.T. por crédito autorizado; do mesmo, sobre pagamento de diárias aos condutores de malas do D.C.T.; do deputado Tenório Cavalcanti, sobre autorização para imprimir livro por intermédio da "Editôra A Noite" (D.C. 18-7; pág. 6706).

No Senado Federal

Deferidos os seguintes requerimentos do senador Alencastro Guimarães, ao Ministério da Fazenda: a quanto montou, em cada Estado, o volume total da exportação em moeda livre, ou quanto em compensação; e a quanto importou o licenciamento de exportação nos anos que especifica (D.C. 16-7; pág. 6573).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovados os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Cunha Bueno e José Neiva de Souza (D.C. 15-7; pág. 6496).

Encerrada a discussão do parecer sobre o inquérito em torno das acusações levantadas em torno do processo de encampação da Leopoldina Railway (D.C. 15-7; pág. 6510).

Publicado o parecer do relator da Comissão Especial sobre as transações entre o Banco do Brasil e as Empresas "Érica S. A.", sobre convocação judicial do Diretor desta empresa (D.C. 16-7; pág. 6545).

Com parecer pela incompatibilidade, foi a imprimir a indicação que sugere que a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste sobre se, em face do art. 48, inciso I, letra b, da Constituição Federal, é incompatível o exercício do mandato de deputado federal com o de membro da Comissão Executiva de Defesa da Borracha (D.C. 17-7; pág. 6620).

Aprovados os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Aderson Dutra, Agripa Faria e Gentil Barreira (D.C. 17-7; página 6639).

Recebido um ofício da Presidência da Superintendência da Moeda e do Crédito convidando aos presidentes de comissões da Câmara a participar dos trabalhos desse órgão do M. da Fazenda (D.C. 18-7; pág. 6689).

No Senado Federal

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de resolução que concede licença ao Senador Novais Filho para participar da representação do Brasil na Conferência Internacional do Açúcar, a realizar-se em Londres (D.C. 17-7; pág. 6672).

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I — 1937-1938

- Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro, fevereiro (esgotados), março.
Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.).

ANO II — 1939

- Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
Vol. II — abril-maio, junho.
Vol. III — julho-agosto, setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro (esg.).

ANO III — 1940

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agosto (esg.), setembro.
Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO IV — 1941

- Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho, agosto, setembro (esgotados).
Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO V — 1942

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro (esg.).
Vol. IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

ANO VI — 1943

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

ANO VII — 1944

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho (esg.), agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO VIII — 1945

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO IX — 1946

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto-setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

ANO X — 1947

- Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XI — 1948

- Vol. I — janeiro fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agosto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro.

ANO XII — 1949

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIII — 1950

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XIV — 1951

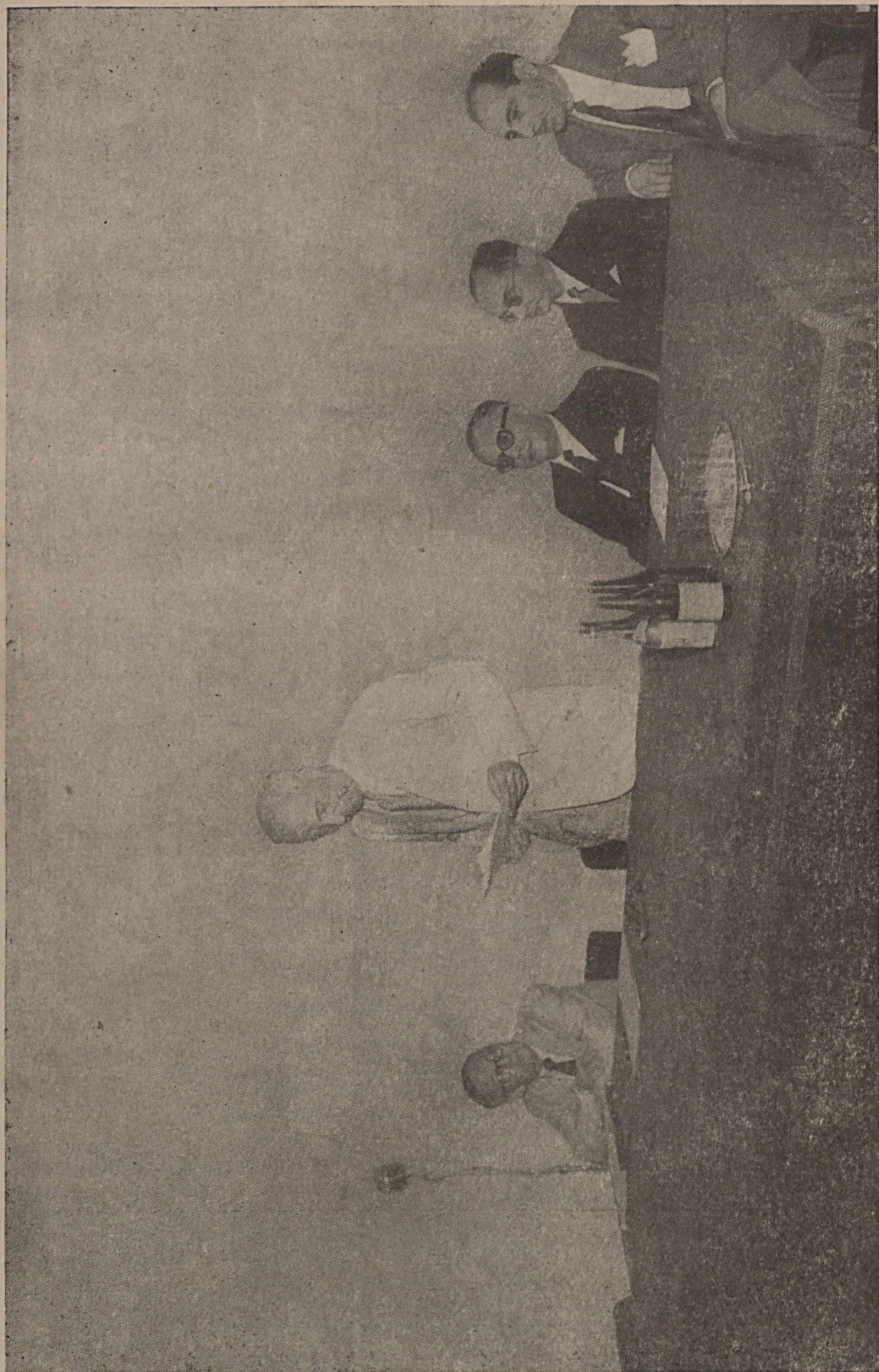
- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XV — 1952

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XVI — 1953

- Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agosto.



Hugh Dalton, ex-Chanceler do Erário da Inglaterra, ao pronunciar uma conferência nos Cursos de Administração do D. A. S. P. À esquerda do conferencista, o Dr. Arízio de Viana, Diretor-Geral do Departamento, os Drs. Augusto R. Rocha e J. M. Arantes, diretores da Divisão de Orçamento e dos C. A. respectivamente. A direita, o Dr. Benedito Silva, representante da O. N. U. junto ao I. B. A. P., da Fundação Getúlio Vargas